

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Redução de renúncias fiscais não dispensa corte de gastos 3

A GAZETA - MT - CAPA
SERVIDOR PÚBLICO

Pedidos de CPIs elevam pressão 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Decreto sela recuo no IOF e governo publica MP com propostas para compensar receita
..... 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

O emperramento do ajuste fiscal - CELSO MING 8

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende o fim da isenção de IR a títulos 9

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad destaca avanços econômicos e justiça tributária, em audiência na Câmara Federal
..... 11

VALOR ONLINE - NOTICIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

STJ livra de PIS e Cofins venda de mercadorias dentro da Zona Franca 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aumento do IOF e insegurança jurídica: novo tributo, velhos problemas (Artigo) 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Medidas para o país, e não para o governo 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo publica MP alternativa ao IOF 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad rebate críticas a medidas 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Considerações distributivas sobre a política fiscal 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com quatro ministérios no governo, PP e União Brasil agem contra pacote 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumenta pressão contra pacote fiscal proposto pelo governo 24

Quinta-Feira, 12 de Junho de 2025

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar recua 0,57% e renova mínima do ano, a R\$ 5,53..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Nobel da Paz, premiê interino Yunus luta para impor reformas em Bangladesh.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado retoma apostas em alta da Selic após comunicação do BC..... 30

Redução de renúncias fiscais não dispensa corte de gastos

Os gastos tributários, a renúncia de receitas por parte da União e dos Estados, se perpetuam e aumentam a tal ponto que hoje até mesmo a **Receita Federal** não sabe o tamanho certo dos recursos que deixam de entrar nos cofres públicos. Em 2025, os programas foram estimados oficialmente em R\$ 544,47 bilhões, ou 4,4% do **PIB**, e quase um quinto da arrecadação administrada pela Receita (19,72%). Nos Estados, atingirão R\$ 2,4% do **PIB** neste ano, ou R\$ 276,8 bilhões, segundo cálculos de Manoel Pires e Giosvaldo Teixeira Jr., pesquisadores do FGV Ibre. Somados, chegam a R\$ 821,3 bilhões. Esse valor deve ser ainda maior. A Receita instituiu no ano passado a Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades (Dirbi) no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, e com os números em mãos as empresas notou que os benefícios relatados são mais elevados, podendo chegar a R\$ 800 bilhões, quase 50% a mais do que o estimado.

Reduzir gastos tributários foi um desejo de quase todos os governantes brasileiros neste século, mas eles não só não levaram à frente a ideia, como ajudaram a ampliar a lista de benefícios. Quando Lula tomou posse em 2003, essas desonerações tributárias equivaliam a 1,3% do **PIB**, e, quando terminou seu segundo mandato (2010), tinham aumentado para 3,42% do **PIB**. Jair Bolsonaro assumiu a Presidência com renúncia de receitas de 4,39% e a deixou com 4,76% do **PIB**.

Desta vez, o empurrão para mais uma tentativa de discutir corte dos gastos tributários partiu do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e o governo Lula logo encampou a ideia, pois ela evitaria a reclusão das despesas e, se bem-sucedida, dispensaria batalhas desgastantes com o Congresso para aumentar **impostos**. Cortar os benefícios é um pesadelo burocrático, mas o fato é que existe uma emenda constitucional aprovada desde 2021, a EC109, exigindo que sejam reduzidos em 10% ao ano até atingir 2% em 2029. Apesar da determinação, nada aconteceu.

Para diminuir os riscos de batalhas judiciais, o governo prepara medidas para obter um corte nos benefícios que não estão na Constituição. No total, há 73 programas contemplados. A Warren Investimentos estimou que 13% dos gastos estão "constitucionalizados". Se a eles for acrescido o

Simples Nacional, que tem partes respaldadas na Constituição, a conta sobe para 33%, um terço do total (Valor, ontem). Felipe Salto, economista-chefe da Warren, estima que metade dos R\$ 544,4 bilhões de desonerações previstos para 2025 podem ser cortada. A redução de 10%

traria receitas de R\$ 21 bilhões em 2026.

Há benefícios que são praticamente blindados, como Simples, a desoneração da cesta básica, a isenção para entidades sem fins lucrativos e Zona Franca de Manaus. Juntas, perfazem R\$ 289,4 bilhões, mais da metade do total. Há outros benefícios que têm um custo político alto para eliminação ou redução, como é o caso das deduções com saúde e educação do Imposto de Renda da Pessoa Física, que subtrai R\$ 34,8 bilhões das receitas federais e rendimentos isentos do IR (R\$ 57 bilhões). Levando isso em consideração, os economistas do Itaú Unibanco acreditam que um corte de 10% traria R\$ 16 bilhões para a União no ano.

Há tantos e tão diversificados programas, com benefícios de muitos tipos, que agregar regras para o que deve ser cortado é um exercício extremamente complexo, quase chegando ao limite de exigir uma lei para cada um. Mas a complexidade das mudanças é apenas um dos aspectos mirabolantes de benefícios quase trilhárdios. Estudo do professor da Fundação Dom Cabral e colunista do Valor Bruno Carazza, feito em 73 programas de isenções e renúncias fiscais vigentes de 2019 a 2024, constatou que 61,4% dos incentivos não tinham prazo para acabar.

Além disso, praticamente dois terços (65,8%) não previam qualquer órgão federal com atribuição de fiscalizar seu uso, e, o que é igualmente inacreditável, 80,8% não exigiam nenhuma contrapartida-geração de emprego, aumento de exportações ou investimentos (Valor, 9 de junho). Nas palavras de Carazza, "a União abre mão de centenas de bilhões de reais todos os anos, e as empresas não oferecem nada em troca".

Desde 2020, o órgão do governo criado para avaliação de políticas públicas, o Cmap, enviou a deputados e senadores propostas de ajustes em 50 programas, segundo Carazza. De novo, nada aconteceu. O Congresso, que, atendendo à pressão de lobbies variados, aprovou a ampliação desmesurada das

renúncias fiscais, não tem demonstrado o mínimo interesse de saber como eles desempenham, se clão bons resultados para o país, quais precisam de correções de rota e quais deveriam ser extintos. Espera-se que com o empurrão de Motta o Legislativo seja proativo nesse campo.

Se o corte nos benefícios prosperar-um enorme se -, ainda assim será preciso cortar gastos, como lembrou Hugo Motta, para estancar o crescimento das despesas obrigatórias e evitar um apagão do governo que pode ocorrer em 2027. Há várias formas de fazer isso, mas o governo reluta em aclotá-las. Uma crise anunciada pode ser evitada, mas é provável que o governo faça mudanças cosméticas até as eleições.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1§ion=1)**

Pedidos de CPIs elevam pressão

A Gazeta

A crise dos consignados, que atinge mais de 12 mil **servidores públicos** estaduais, se tornou um campo de disputa na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Dois pedidos distintos de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tramitam simultaneamente: um do deputado Gilberto Cattani (PL) e outro do deputado Henrique Lopes (PT). 8A

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Decreto sela recuo no IOF e governo publica MP com propostas para compensar receita

Jéssica Sant'Ana, Renan Truffi e Guilherme Pimenta

O governo publicou em edição extra do "Diário Oficial da União" na noite da quarta-feira (11) um novo decreto recuando em parte do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e uma Medida Provisória (MP) com propostas para compensar essas alterações. O Ministério da Fazenda não informou qual a expectativa de arrecadação com a MP em 2025 e 2026, mas, segundo apurou o Valor, é de R\$ 10 bilhões neste ano e o dobro no próximo.

As medidas já haviam sido prometidas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no domingo (8) à noite, mas aguardavam o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para publicação. Lula estava em viagem pela França e somente na terça-feira se reuniu com sua equipe. Ontem, os textos passaram por revisão da Casa Civil antes de serem publicados no "DOU".

A MP prevê que um aumento no Imposto de Renda retido na fonte dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuídos pelas empresas ao acionistas. A alíquota passará de 15% para 20%. Essa mudança, entretanto, entrará em vigor apenas em 1 - de janeiro de 2026, caso a MP seja aprovada pelos parlamentares.

A equipe econômica também decidiu elevar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de empresas de seguros privados e instituições de pagamento, que antes estava em 9% e agora subirá para 15%. No caso dos bancos, entretanto, decidiu-se manter a alíquota no mesmo padrão atual: 20%. Essa mudança valerá a partir de outubro.

Além disso, a MP confirma mudanças que já haviam sido divulgadas pelo governo ou antecipadas pela imprensa. Um exemplo é o caso dos títulos privados incentivados, que serão taxados em 5% de Imposto de Renda na pessoa física. Essa nova alíquota valerá para LCI, CRI, LCA, CRA, CPR, LIG, LCD e também debêntures incentivadas. Até então, esses títulos estavam isentos de IRPF. A taxaçãõ valerá para emissões feitas a partir de 2026.

Em relação às demais aplicações financeiras, tanto de renda fixa quanto de renda variável, incluindo ações, a alíquota padrão será 17,5%. Atualmente, a alíquota varia de 15% a 22,5%, conforme o prazo de resgate e tipo de investimento. Apesar da mudança, a MP

explica que os rendimentos realizados até 31 de dezembro de 2025 serão tributados de acordo com as regras vigentes.

Outra mudança que entrou no escopo da MP é a taxaçãõ das chamadas "bets", como são conhecidas as empresas de apostas esportivas. O segmento pagará 18% de tributo em vez dos 12% que é praticado até então. A nova alíquota entra em vigor em outubro. O texto também especifica que 6% do total recolhido será destinado à **seguridade social**, para ações na área da saúde.

A MP traz, ainda, mudanças nas regras das compensações tributárias, para impedir uso de créditos com Darf inexistente ou de crédito de PIS/Cofins que não tenha relação com a atividade econômica da empresa, conforme antecipou o Valor.

A MP também traz algumas medidas pontuais pelo lado da despesa, depois de o governo ter sido criticado por parlamentares e especialistas por prever apenas medidas arrecadatórias no pacote alternativo ao IOF.

O programa Pé-de-Meia será inserido no piso constitucional da educação e o Seguro Defeso, um auxílio pago a pescadores em período que a pesca é proibida, terá "ajustes nos critérios de acesso e sujeição à dotação orçamentária".

Outra mudança contida na MP é em relação ao prazo de duração do auxílio-doença concedido via Atestmed (análise de atestado digital, sem passar por perícia média do **INSS**), conforme antecipou o Valor. O prazo caiu de 180 dias para 30 dias. Os benefícios com duração superior a 30 dias estarão sujeitos à realização de perícia presencial ou com o uso de telemedicina.

No novo decreto do IOF, o governo confirmou a redução de alíquota adicional ao crédito para pessoa jurídica de 0,95% para 0,38%, enquanto também retirou a previsão de alíquota adicional de 0,95% para operações de risco sacado. Também foi estabelecido que o retorno de investimentos diretos estrangeiros feitos no Brasil será isento de IOF, além de flexibilizada a taxaçãõ sobre planos de previdência privada do tipo VGBL.

Inicialmente, o pacote alternativo ao IOF envolveria uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com alterações no Fundeb e com ampla revisão de benefícios fiscais. Porém, não houve acordo para mudanças no fundo da educação e a revisão dos incentivos tributários ficou para um projeto de lei complementar.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1§ion=1)**

O emperramento do ajuste fiscal - CELSO MING

CELSO MING

Tudo se passa como se a questão fiscal tivesse de piorar muito para, só então, começar a melhorar - ou melhor, tivesse de piorar muito para que governo e Congresso acabem por concluir que é preciso ir bem mais fundo do que, neste momento, estão dispostos a ir.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia avisado que o problema é estrutural. E, nisso, mostrou que avançou no diagnóstico. Até agora, o governo Lula atribuía todos os descalabros fiscais às "heranças malditas". Se o problema é estrutural, exige soluções estruturais, e não remendos em cima de remendos.

No entanto, o ministro voltou com o remendo de sempre: o aumento da carga tributária. Até agora, não propôs nenhum corte significativo de despesas, que é o que atravanca tudo. As renúncias tributárias, pelos cálculos do governo, alcançam neste ano a bagatela de R\$ 544 bilhões - 4,4% do **PIB**. Sobre o corte dessas renúncias, necas de pitibiriba, para ficar com uma antiga expressão erudita.

Desta vez, a ideia do ministro foi discutir previamente com os presidentes das duas casas do Congresso as decisões a serem tomadas, para garantir apoio político para as maldades inevitáveis. Mas, da reunião de cinco horas realizada no domingo, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, saiu a dizer, no dia seguinte, que não garantia a aprovação dos deputados por ele comandados.

Paira no ar uma vaga conclusão de que é preciso uma reforma administrativa radical, que se destinasse a enxugar o Estado gastador e ineficiente. Mas vá saber o que cada um entende por reforma desse porte, se é que há alguma seriedade de propósitos: é sempre a prevalência da lei da farinha pouca, meu pirão primeiro.

Diante do descalabro atuarial da **Previdência Social**, uma corajosa reforma do sistema parece inevitável. As contas das aposen-

tadorias não fecham, não casam nunca com as receitas. Apenas as despesas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a garantia de fornecimento de um salário mínimo mensal a idosos

com mais de 65 anos e pessoas de baixa renda com deficiência, tendem a subir mais de R\$ 40 bilhões por ano, se prevalecerem os atuais critérios paternalistas de correção do salário mínimo.

O que todo o mundo sabe é que o BPC é um extenso canteiro de fraudes, em que benefícios são concedidos - inclusive por decisão judicial - sem qualquer identificação nem da doença nem da deficiência. Por que a **Previdência Social** não fiscaliza essas coisas? Ora, a Previdência fiscalizadora não conseguiu atuar nem com as fraudes dos descontos indevidos nas aposentadorias. Até mesmo para conferir as vítimas dos roubos, teve de deslocar instalações e funcionários dos Correios para acolher os beneficiários lesados...

Como reconheceu nesta segunda-feira o presidente da Câmara, o País descamba rapidamente para a ingovernabilidade. Mas seria a difusão dessa percepção suficiente para quebrar o atual paradigma?

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
O emperramento do ajuste fiscal

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138068-1206202506%20-%20fda3a782a5b81838e68733bb78a540ad.pdf

Haddad defende o fim da isenção de IR a títulos

Agência Brasil

O fim da isenção de Imposto de Renda a títulos privados e a determinados fundos não prejudicará o produtor, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em audiência conjunta das Comissões de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o ministro afirmou que a medida, que integra o pacote para compensar a alta no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), corrigirá distorções no mercado financeiro.

"Quando a gente fala de reduzir um pouco o benefício fiscal de título isento é porque estamos com uma Selic de quase 15% ao ano.

Nem o Tesouro Nacional está conseguindo concorrer com esses títulos privados.

Isso não é demonizar a construção civil. Talvez esse governo seja o maior amigo da construção civil.

Metade da construção civil depende do Minha Casa, Minha Vida, que tinha acabado [no governo anterior]", declarou o ministro.

Conforme a medida provisória que deve ser publicada ainda esta semana, a isenção de Imposto de Renda (IR) sobre as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito ao Agronegócio (LCA), fundos imobiliários e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) deixará de existir a partir de 2026. Pela proposta, esses investimentos pagarão 5% de Imposto de Renda (IR).

Haddad ressaltou que a maior parte dos benefícios da isenção do IR não fica com os produtores.

"Esses benefícios fiscais não vão para o produtor, 60% a 70% ficam no meio do caminho, com o detentor do título ou o sistema bancário. Não fica com o produtor. A gente está vendo essas distorções e procurando corrigir", disse o ministro.

O ministro negou que a correção de distorções signifique alta de imposto. "Isso não é aumento de tributo.

É correção de distorção.

São R\$ 41 bilhões de renúncia fiscal nos títulos isentos.

É mais que o seguro desemprego inteiro. São três [PROGRAMAS]Farmácia Popular.

Do que estamos falando?

É do tamanho do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]", declarou.

AGRONEGÓCIO Haddad também negou que o agronegócio será prejudicado e ressaltou que o atual governo beneficia o setor com R\$ 158 bilhões de renúncias fiscais e com Planos Safras recorde.

"No caso do agro, o governo está prejudicando?

Nós fizemos o maior Plano Safra do Brasil pelo segundo ano consecutivo. E a renúncia fiscal do agro é de R\$ 158 bilhões. Vamos negar que estamos patrocinando o agro brasileiro?

Sou orgulhoso da agricultura brasileira", declarou.

IMPACTO SOBRE OS MAIS RICOS Assim como na reforma do Imposto de Renda em tramitação no Congresso, Haddad as medidas para compensar a alta do IOF se concentrarão nos mais ricos e atingirão uma parcela ínfima da população. Segundo o ministro, a aprovação do pacote ajudará a cumprir as metas do arcabouço fiscal, trazendo mais crescimento no médio prazo.

"Só 0,8% da população está afetada por todas as medidas de equilíbrio fiscal e redução da renúncia tributária.

Em benefício do quê? Mais crescimento, menos taxa de juros, mais emprego, mais igualdade. Isso vai permitir mais espaço para investimento", declarou.

DIÁLOGO Ao lembrar a atuação do Congresso na aprovação e na regulamentação da **reforma tributária**, Haddad disse que o governo está aberto a discussões.

"Compartilho das preocupações porque são corretas.

As partes têm que caber no todo e, para isso acontecer, temos que ir para a mesa e saber o que politicamente o Congresso está disposto a enfrentar, como fizemos na **reforma tributária**.

Demos suporte para o Congresso avançar, e ele avançou", destacou.

O ministro lembrou que o governo precisa atuar tanto do lado das receitas como das despesas para garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal. Haddad ressaltou que, apesar de medidas de revisão de renúncias fiscais aprovadas em 2023, as receitas da União continuam estáveis em relação a 2022, rechaçando a alegação de que o governo está elevando a carga tributária.

"A receita líquida federal em 2024 foi 18,4% do **PIB** [Produto Interno Bruto].

Em 2022, também foi 18,4%. Se nós fizemos essas curvas de receitas e despesas cruzarem novamente para abrir espaço para um superávit primário que pode ser construído com o tempo, garantimos a meta fiscal do ano que vem. Será o primeiro superávit primário estrutural em muito tempo", declarou.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=1379>

Haddad destaca avanços econômicos e justiça tributária, em audiência na Câmara Federal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou um balanço das políticas econômicas e defendeu a agenda de justiça tributária, durante audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, realizada ontem (11/6). A reunião foi presidida pelo deputado Rogério Correia (PT-MG).

Haddad destacou que o Brasil voltou a crescer de forma consistente. "O Brasil termina este terceiro ano de governo Lula com uma taxa média de crescimento de 3% ao ano, praticamente o dobro da taxa de crescimento observada nos 10 anos anteriores à sua posse", afirmou. Ele ressaltou ainda a redução da taxa de desemprego, a valorização real dos salários e a queda significativa da fome no país: "Mais de 15 milhões de brasileiros saíram da situação de fome em apenas dois anos".

O ministro atribuiu parte dos avanços à combinação de políticas públicas de proteção social, como o Bolsa Família, o seguro-desemprego e o aumento real do salário mínimo. Também celebrou a criação de mais de três

milhões de empregos formais desde o início da atual gestão, conforme dados do Caged.

São dados que, segundo ele, mostram a melhoria da credibilidade econômica do país. "Nós voltamos a ser a oitava economia do mundo. Nós crescemos nas notas de crédito do Brasil. Estamos emitindo títulos no patamar de spread de países que têm grau de investimento", disse. Ele atribuiu esses resultados a avanços como a recuperação da estabilidade fiscal e à atuação coordenada com o Judiciário na redução de passivos judiciais, que somaram mais de R\$ 1 trilhão em

economia potencial.

Entre os destaques de sua fala, o ministro fez uma defesa da **Reforma Tributária** sobre o consumo, aprovada com o apoio do Congresso Nacional. "Vocês patrocinaram, senhoras e senhores, a maior **Reforma Tributária** da história do Brasil sobre o consumo", afirmou. Ele ressaltou as inovações do novo sistema,

como o cashback para famílias de baixa renda, o split payment e a completa digitalização da arrecadação, o que permitirá ampliar a base tributária e reduzir alíquotas.

O ministro também apresentou os principais marcos legais já aprova-

dos para fomentar o crédito e reduzir a inadimplência, como o programa Desenrola, o Acredita, o Consignado Privado e o novo Marco de Garantias. "São instrumentos importantíssimos", disse Haddad, que mencionou os impactos positivos para o crédito popular, os pequenos empreendedores e os consumidores endividados.

Haddad reforçou a prioridade do Ministério da Fazenda em enfrentar a desigualdade na tributação da renda. "Do ponto de vista da tributação da renda, infelizmente, nós temos um quadro muito dramático, porque o morador da cobertura não paga condomínio e o zelador está pagando condomínio do mesmo prédio", declarou.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3160#book/>

STJ livra de PIS e Cofins venda de mercadorias dentro da Zona Franca

Por Luiza Calegari - De São Paulo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu ontem que não incidem PIS e Cofins sobre a prestação de serviços e venda de mercadorias, de origem nacional ou nacionalizada, dentro da Zona Franca de Manaus (ZFM), tanto para pessoas jurídicas quanto físicas. A decisão, da 1ª Seção, foi tomada em recurso repetitivo e deve ser seguida pelas demais instâncias do Judiciário.

O entendimento adotado pelos ministros é importante porque a palavra final é do STJ (Tema 1239). Em novembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que a questão é infraconstitucional (ARE 1524893). Até então, estavam isentas das contribuições previdenciárias apenas as mercadorias e serviços de outros Estados para a Zona Franca de Manaus.

Inicialmente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) defendia, no processo, que a isenção não se aplicaria às receitas de vendas de mercadorias destinadas a pessoas físicas dentro da Zona Franca de Manaus, por falta de previsão legal. O escopo da discussão foi mais tarde ampliado para incluir prestação de serviços e mercadorias, destinadas a pessoas físicas e jurídicas, dentro da abrangência da área de livre comércio.

No julgamento, a procuradora Herta Santos, que defendeu a Fazenda Nacional em sustentação oral, argumentou que o artigo 111 do Código Tributário Nacional (CTN) veda a interpretação extensiva das normas de isenção fiscal. O dispositivo diz que a **legislação tributária** sobre outorga de isenção "interpreta-se literalmente".

A procuradora acrescentou que a Lei nº 10.996, de 2004, foi específica ao zerar as alíquotas de PIS e Cofins apenas para as receitas de vendas de mercadorias por pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus. E que a Lei nº 10.637, de 2002, garantiu o benefício para matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados.

Essas leis, defendeu a procuradora, criaram hipóteses

específicas de isenção, e não cabe ao Judiciário ampliá-las. "Se o desejo do Legislativo fosse expandir essas hipóteses, ele o teria feito na **reforma tributária**, mas não fez. A desoneração de PIS e Cofins nessas hipóteses está restrita aos casos previstos em lei", disse.

Prevaleceu, no entanto, a tese do contribuinte, nos termos do voto do relator, ministro Gurgel de Faria, que foi acompanhado por unanimidade. Para ele, os incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus devem ser interpretados de forma extensiva, para concretizar o objetivo fundamental de sua criação: a redução das desigualdades sociais e regionais.

"Mostra-se irrelevante o fato de um negócio se estabelecer entre pessoas situadas dentro da Zona Franca, ou quando a vendedora está fora de seus limites, em atenção ao princípio da isonomia. A adoção de compreensão diversa aumentaria a carga tributária exatamente para os empreendedores da região que deve ser beneficiada pelos incentivos fiscais", afirmou Faria em seu voto.

O tributarista Paulo Ricardo Alecrim, sócio do Alecrim Costa Advogados, explica que o entendimento já era favorável aos contribuintes nas duas turmas de direito público do STJ. Na 1ª Turma, por exemplo, os ministros entenderam que "a prestação de serviço e a venda de mercadorias para empresas situadas na Zona Franca de Manaus equivalem à exportação para o estrangeiro, em termos de efeitos fiscais", o que as isenta de PIS e Cofins (REsp 2079230).

Em todos os casos, é aplicada a previsão do Decreto-Lei nº 288, de 1967, que instituiu a Zona Franca de Manaus e diz, em seu artigo 4º, que a "exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será, para todos os efeitos fiscais constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro".

"A jurisprudência do STJ sempre esteve em consonância com este entendimento, no sentido de reconhecer que as operações comerciais 'na' ou 'para' a Zona Franca de Manaus submetem-se a regime jurídico equivalente ao de uma exportação para o

estrangeiro", afirma Alecrim.

Segundo ele, a decisão foi acertada ao reafirmar o entendimento dominante e reconhecer a não incidência do PIS e Cofins nas transações internas. "Os olhos do mundo continuam voltados para a Amazônia, agora com ainda mais intensidade. Logo, a melhor forma de se afastar a cobiça do mundo com relação a esta parte do território brasileiro é levar população e desenvolvimento para a região."

Fernando Perfetto, sócio da área tributária do Loeser e Hadad Advogados, entende que a decisão privilegia a redução de desigualdades e a proteção do desenvolvimento regional. "Essa decisão representa uma vitória para os contribuintes da Zona Franca de Manaus, que poderão ter uma redução de sua carga tributária e recuperar créditos dessas contribuições", diz.

Procurada pelo Valor, a PGFN informou que não se manifestaria sobre o assunto.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
STJ livra de PIS e Cofins venda de mercadorias dentro da Zona Franca

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2025/06/12/stj-livra-de-pis-e-cofins-venda-de-mercadorias-dentro-da-zona-franca.ghtml>

Aumento do IOF e insegurança jurídica: novo tributo, velhos problemas (Artigo)

Ricardo Motta Sócio responsável pela área de relacionamento com o mercado em Viseu Advogados e membro do Comitê de Relações de Consumo do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac)

O recente aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), promovido pelos Decretos 12.466/25 e 12.467/25, tem gerado grande preocupação no meio empresarial. Não se trata apenas de uma elevação de alíquotas, mas de uma medida que desafia princípios constitucionais fundamentais à segurança jurídica.

O IOF é, por natureza, um tributo extrafiscal.

Sua função não é apenas arrecadatária, mas regulatória. Alterações em sua estrutura exigem motivação legítima e transparente.

Quando isso não ocorre, abre-se margem para questionamentos jurídicos, inclusive, quanto à aplicação do princípio da anterioridade.

Entre os pontos de maior impacto para as empresas, alguns merecem atenção especial.

Majoração das alíquotas sobre operações de crédito empresarial Com o aumento de 100%, a alíquota diária do IOF passou de 0,0041% para 0,0082%, e o adicional de 0,38% para 0,95%. A carga anual agora se aproxima de 4%, afetando diretamente operações como mútuos internos e gestão de caixa entre empresas do mesmo grupo. O impacto na liquidez e na rentabilidade é imediato.

O Decreto 12.466/2025 também inseriu o § 23 no artigo 7º do Regulamento do IOF (Decreto 6.306/2007), considerando como operação de crédito a antecipação de pagamentos a fornecedores, incluindo modalidades como "forfait" e "risco sacado".

Com isso, a **Receita Federal** exigirá que a instituição financeira cobre e recolha o IOF/ Crédito, já com as novas alíquotas, a partir de junho. Nesse cenário, é essencial revisar os contratos firmados com os bancos para entender como a mudança impactará o custo final das operações de "risco sacado", cada vez mais utilizadas como ferramenta de atração e fidelização de fornecedores.

Incertezas nas operações de antecipação de pagamentos a fornecedores A nova redação do Decreto 6.306/2007 introduziu uma imprecisão preocupante, equiparando operações comerciais comuns, como antecipação de pagamentos a fornecedores (forfait ou risco sacado), às operações de crédito tradicionais. Tal equiparação pode caracterizar violação ao princípio da legalidade, indo contra jurisprudência consolidada no **Carf** e posição oficial da **Receita Federal**, que restringe a incidência de IOF apenas às operações com coobrigação explícita.

Impactos nas operações cambiais e investimentos estrangeiros A majoração do IOF-Câmbio também merece atenção especial. Operações como remessas internacionais, compras com cartões de crédito e débito no exterior e importação de serviços, que tiveram as alíquotas elevadas para até 3,5%, perderam também a previsão de redução progressiva até zero. Essa medida impacta diretamente as transações cotidianas e cria entraves adicionais à atração de investimentos estrangeiros, colocando em dúvida o compromisso brasileiro com as melhores práticas internacionais recomendadas pela OCDE.

Impacto expressivo nas operações de transferência de recursos para o exterior (Outflow) A nova regulamentação elevou a alíquota de IOF nas transferências de recursos ao exterior de 0,38% para 3,5%, gerando um aumento superior a 800%. A mudança impacta operações, como importação de serviços, repatriação de lucros, reduções de capital e outras movimentações financeiras internacionais.

A medida vai na contramão de políticas voltadas à atração de investimentos e adiciona mais custos a um ambiente tributário já excessivamente oneroso.

Desafios inéditos nos seguros e previdência privada Outra mudança relevante atinge diretamente as operações relacionadas a seguros de vida e previdência privada (VGBL e PGBL), agora sujeitas a uma inédita alíquota de IOF de até 5% para aportes mensais superiores a R\$ 50 mil. Isso cria uma complexidade operacional significativa para as seguradoras, obrigadas a monitorar aportes realizados por clientes em diferentes instituições, tarefa difícil e burocraticamente custosa.

Responsabilidade Solidária e Complexidade Operacional no Recolhimento do IOF Os decretos ampliaram a responsabilidade pelo recolhimento do IOF. Além das seguradoras, passam a responder também as entidades abertas de **previdência complementar** e as instituições financeiras envolvidas na cobrança dos aportes. Quando essas não conseguirem consolidar as informações, o risco fiscal recai sobre o próprio segurado. Isso demanda um nível de governança e integração de dados que muitas empresas ainda não possuem.

Diante desse cenário, é hora de revisar contratos, ajustar fluxos internos e calcular o impacto financeiro das novas alíquotas.

Operações sujeitas ao imposto devem ser mapeadas com precisão, e eventuais inconsistências jurídicas, avaliadas com base em fundamentos sólidos para possível contestação.

O alinhamento entre jurídico, financeiro e fiscal precisa ser rápido e focado na prevenção de passivos. Com planejamento, é possível mitigar impactos, manter a previsibilidade e evitar surpresas.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/06/12/all.pdf>

Medidas para o país, e não para o governo

» ISRAEL MEDEIROS » RAFAELA GONÇALVES » ALÍCIA BERNARDES* » IAGO MAC CORD*

A cobrança do presidente da Câmara, Hugo Motta (Re-publicanos-PB), sobre a equipe econômica do governo Lula (PT) por uma agenda de reformas estruturais ganhou mais um capítulo ontem. O deputado, que criticou duramente a alta das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) por parte do governo para melhorar a arrecadação, voltou a criticar o pacote alternativo que vem sendo apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e disse que o Brasil caminha para a "ingovernabilidade completa" caso o Executivo não atue para conter o crescimento de despesas obrigatórias.

O parlamentar voltou a afirmar que as novas medidas do pacote fiscal alternativo ao IOF terão resistência no Congresso e defende que o debate sobre o corte de gastos não pode mais ser postergado. "O Brasil caminha, se não quiser fazer essa discussão, para a ingovernabilidade completa, para quem quer que venha a ser o presidente da República. Essa não é mais uma discussão de esquerda ou de direita. É uma discussão acerca do país. Eu penso que já passou da hora de nós enfrentarmos esse debate", disse Motta na abertura do 2º Brasília Summit, promovido pelo Lide, em parceria com o Correio Braziliense.

Motta voltou a defender a revisão das isenções fiscais, que giram em torno de R\$ 800 bilhões, e a reforma administrativa, que teve a primeira audiência pública na terça-feira. "É preciso revisar esses benefícios fiscais, aferir a eficácia, se a contrapartida daquele setor, daquela empresa está sendo dada ao Estado", frisou. "Queremos um Estado mais eficiente, menos perdulário, que desperdice menos, que possa entregar serviços de melhor qualidade", acrescentou.

Ontem à noite, o governo publicou o novo decreto com novas alíquotas do IOF e uma medida provisória que tributa aplicações financeiras e ativos virtuais, como a taxa de 5% sobre as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), antes isentas. (Ver página 7) Coordenador do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a reforma administrativa, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) disse que essa pauta deve ser prioridade do Congresso e de Motta. Segundo ele, o presidente da Câmara está "estando absolutamente determinado a aprovar essa reforma no Brasil".

Pedro Paulo disse ainda que o Congresso seguirá firme na posição de não aceitar um aumento de **impostos** e enfatizou a necessidade de o governo rever os gastos públicos.

"Tenho absoluta convicção da firme posição do Congresso de não ter aumento de **impostos** e de enfrentar a questão da despesa pública, porque o Brasil vai bem em determinadas áreas, mas não vai bem nas suas contas", disse.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, destacou que a proposta de tributação sobre as LCAs gerou insatisfação no setor, mas defendeu que, mesmo com a cobrança de Imposto de Renda, os papéis seguirão atrativos. "A alíquota de 5% representa um impacto de 0,72% ao ano. Isso ainda mantém a competitividade frente a outros investimentos", afirmou.

Fávaro argumentou que o mercado de LCAs continua sólido e com direcionamento eficiente ao crédito rural, mesmo com a proposta de tributação, e ponderou que a definição cabe ao Congresso, que poderá modificar ou rejeitar o texto. "Essa é a beleza da democracia: propor, debater e ajustar. E cabe ao Parlamento fazer esse papel com responsabilidade", disse o ministro, rebatendo a ideia de que os preços dos alimentos seriam afetados. "A **inflação** está controlada, os preços estão caindo, e o agro tem produzido com recordes de safra", garantiu.

O deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), por sua vez, fez duras críticas ao aumento da carga tributária sobre o setor, que responde por uma significativa parcela do Produto Interno Bruto (**PIB**) e tem um diferencial produtivo único no mundo com a agricultura tropical e capacidade de expansão sustentável sem desmatamento ilegal. "Ninguém tem a responsabilidade e a capacidade produtiva que nós temos", afirmou Lupion. Ele cobrou mais diálogo entre o Executivo e o Legislativo e defendeu que o equilíbrio fiscal se dê por meio da redução de gastos públicos e não pela penalização de quem produz.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), destacou a importância dos setores do agrícola e da construção civil para o crescimento econômico e ainda endossou as palavras de Motta no evento. "Suas palavras nos deixam muito felizes. O senhor pode ter certeza que vocês terão apoio integral de todos os governadores", disse Ibaneis, que preside o Fórum de Governadores. "Nós, governadores, temos sustentado

o crescimento deste país. Porque o governo federal, infelizmente, não contribui. Não nos ajuda", acrescentou Ibaneis. Ele ainda mencionou algumas de suas ações locais, que trouxeram mais dinamismo, mais investimentos e menos carga tributária para a capital federal, como a redução de **impostos**.

* Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/12/all.pdf>

Governo publica MP alternativa ao IOF

» **LUANA PATRIOLINO**

O governo federal publicou, na noite de ontem, a Medida Provisória 1303/2025 e o decreto N° 12.499/2025, que trazem as alternativas para compensar a perda de arrecadação, após recuo do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), publicado no mês passado, para cobrir o rombo nas contas da União. As propostas foram formalizadas após reunião realizada entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e líderes partidários, no domingo.

O decreto prevê aumento de taxa de bests, além da cobrança do Imposto de Renda sobre a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letra de Crédito Imobiliário (LCI), e a alta de tributo do Juros sobre Capital Próprio (JCP). Segundo o governo, o objetivo é reforçar a estratégia da equipe econômica para recompor a arrecadação. O texto detalha as mudanças propostas em **tributos** como o Imposto de Renda sobre aplicações financeiras.

Entre os destaques, está a proposta de unificação da alíquota do Imposto de Renda sobre investimentos em 17,5%, com exceção dos títulos incentivados, como LCI e LCA, que atualmente são isentos e passarão a ser taxados em 5%. A medida beneficia aplicações de prazo mais curto, que hoje são mais tributadas, mas eleva a carga para investimentos mantidos por mais de dois anos: a alíquota atual é de 15%.

Outras mudanças estabelecidas pela MP dizem respeito à CSLL e aos Juros sobre Capital Próprio (JCP). A CSLL sobre o setor financeiro, que hoje possui alíquotas de 9%, 15% e 20%,

terá apenas as duas maiores, com a eliminação da taxa de 9%. Esse item incide sobre instituições de pagamento, operadoras de balcão e bolsa, entre outras entidades.

O novo modelo também reduz o imposto sobre empresas e seguros do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e amplia a tributação sobre apostas esportivas, que teve aumento de alíquota de 12% para 18%, e tributação de criptoativos, com regulamentação específica.

Críticas

As propostas apresentadas pelo governo para engordar o caixa vêm enfrentando resistência por todos os lados. Tanto no Parlamento quanto nos

setores empresariais a equipe econômica é pressionada a cortar gastos, em lugar de elevar **impostos**.

No mês passado, o Executivo havia elevado o IOF com o objetivo de injetar R\$ 60 bilhões nas contas públicas até 2026. No entanto, com a pressão do

mercado financeiro, o Congresso Nacional ameaçou derrubar o decreto, e a equipe econômica decidiu editar a MP com novas medidas e um novo decreto para "recalibrar" o IOF, conforme definiu Haddad.

Resistências

Até bancadas da base do governo estão refratárias à proposta do governo. Ontem, antes mesmo da publicação das medidas no DOU, os líderes do Partido

Progressista (PP) e União Brasil criticaram as alternativas propostas pelo governo federal ao aumento do IOF. Juntas, as bancadas possuem quatro ministérios na Esplanada.

As siglas rejeitaram as medidas sugeridas que envolvem o aumento de **tributos**. Em entrevista coletiva na Câmara dos Deputados com os presidentes do PP senador Ciro Nogueira (PI), e do União, An-tonio Rueda, anunciaram que vão se reunir para fechar questão contra a proposta do Executivo.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/12/all.pdf>

Haddad rebate críticas a medidas

» **RAFAELA GONÇALVES** » **ISRAEL MEDEIROS**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender, ontem, perante deputados, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, as propostas de alterações a serem feitas na tributação sobre a renda, como a que isenta do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil e a que tributa quem ganha mais. Entre as medidas defendidas por Haddad na audiência pública estão a MP e o decreto publicados mais tarde, ao fim da noite.

Segundo o chefe da Fazenda, as medidas visam "corrigir distorções no sistema" e não representam um aumento da carga tributária. "Eu sei que, de domingo para cá, muita gente veio para Brasília, para conversar comigo, para conversar com vocês (deputados), para falar de quão injusto é pagar Imposto de Renda", disse, em referência à reunião que ele teve com lideranças partidárias, na casa do presidente da Câmara Hugo Motta (Republicano-PB), no último domingo, para tratar de medidas fiscais.

"Nós não estamos falando de quem paga Imposto de Renda. Nós estamos falando de quem não paga nem 10% de alíquota efetiva, e essa pessoa ganha mais de 1 milhão de reais de renda por ano. A alíquota efetiva média de quem ganha mais de 1 milhão de reais por ano é 2,5%. Existe alguma coisa errada com o Brasil", disse, comparando essa situação à dos assalariados, que pagam 27,5% do IR, recolhendo direto na folha.

Desde que as medidas foram anunciadas, o ministro tem recebido reclamações tanto do setor produtivo quanto do mercado financeiro. Entidades relacionadas aos setores afetados pelo aumento de **impostos** afirmam que as medidas da Fazenda podem encarecer os preços da casa própria e dos alimentos no país.

Segundo disse o ministro, ontem, a renúncia fiscal com esses papéis chega a R\$ 41 bilhões, valor superior ao orçamento anual do seguro-desemprego e três vezes maior que o do programa Farmácia Popular. Ele afirmou, ainda, que a maior parte dos benefícios desses papéis não chega ao

produtor final. "Não tem sentido dizer que o governo quer prejudicar a construção civil."

Reforma estruturante

Indagado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), um

dos autores do requerimento que levou Haddad à Comissão, sobre a necessidade de encaminhar propostas que contemplem corte de gastos, Haddad afirmou que o governo está aberto a discutir, caso o Congresso inclua no debate temas como o fim dos supersalários e aposentadoria dos militares. "Eu faço a defesa de que o

orçamento equilibrado tem que ser uma perseguição e uma convicção e de que é importante o superavit para estabilizar, ou pelo menos diminuir a velocidade por um tempo do crescimento da dívida e sustentar esse menu enorme de escolhas de políticas sociais que atendem às pessoas que mais precisam", defendeu o deputado Pedro Paulo, após preconizar a construção de "um pacto entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, para que a gente possa se sentar à mesa de forma verdadeira e franca".

Em sua resposta, Haddad disse que está disposto a um acorod. "O

presidente Hugo Motta nos convidou para abrir uma negociação com os líderes sobre o tema despesa primária. Então, nós temos um encontro marcado, só falta fixar a hora e o local, mas temos o compromisso de nos reunirmos para - olho no olho - discutir os seguintes pontos: o que está na mesa? O que nós vamos, de fato, discutir? Nós vamos enfrentar a questão do supersalário ou não? Nós vamos enfrentar a questão da aposentadoria de militares ou não? Nós vamos pôr ordem nos cadastros dos programas sociais ou não? O que está na mesa?".

Bate-boca

A ida do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Câmara dos Deputados terminou em bate-boca depois que deputados do PL criticaram o governo e se retiraram do Plenário sem ouvir as respostas do ministro. Haddad classificou a atitude como "molecagem" e eles retornaram para retrucar.

O ministro havia dito que os deputados Nikolas Ferreira (PL -MG) e Carlos Jordy (PL-RJ) fizeram "molecagem" ao elaborar perguntas na sessão e depois deixar o plenário sem ouvir as respostas. "Agora aparecem aí dois deputados, fazem as perguntas e fogem dos debates. É um pouco de molecagem, isso não é bom para a democracia", disse.

Jordy devolveu a ofensa: "Quero dizer, ministro, que o

moleque é você", declarou. Nikolas, que já tinha usado a palavra, pediu uma questão de ordem para pedir a retirada das falas de Haddad das notas taquigráficas.

A audiência foi suspensa sem que os demais parlamentares inscritos perguntassem.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/12/all.pdf>

Considerações distributivas sobre a política fiscal

"A essência da teoria de bem-estar moderna tem sido definir eficiência econômica em termos que excluem considerações distributivas" (Musgrave Musgrave, 1989, p. 10)

Asentença foi extraída do livro *Public Finance in Theory and Practice*, de Richard Peggy Musgrave. O economista alemão, professor de universidades como Princeton e Harvard, possui reconhecido legado na área de finanças públicas. O trecho é uma clara crítica à construção do pensamento econômico e suas implicações. Em suma, a teoria do bem-estar estruturada sob a hipótese de que uma alocação eficiente melhora a posição de um agente na sociedade, preservando a posição dos demais, se esvazia das questões distributivas que dela resultam.

Musgrave concorda que o que se entende como uma "distribuição justa" depende de concepções subjetivas. Temas que a teoria econômica foi deixando de enfrentar, enquanto se ocupava na construção de modelos ótimos. Em muitos casos, como o da política monetária, considerações distributivas envolvendo seu modo de operação racionalização ficam implícitas, uma vez que o conhecimento disponível concorda quanto aos seus efeitos. Em termos práticos, apertos monetários que resultam de juros mais altos, provocam transferência de renda de devedores para credores, porém, não subir juros produzem custos distributivos associados à **inflação** que tendem a ser piores.

Em se tratando de finanças públicas, é impossível se ater às questões fiscais sem lidar com os efeitos distributivos. Primeiro, porque diferentemente da política monetária, cujo instrumento é único-a taxa de juros-no caso da política fiscal há dois instrumentos: **impostos** e gastos. As implicações distributivas de uma política são bastante distintas a depender do instrumento utilizado. Ademais, em se tratando da política fiscal, é difícil saber ex ante se os custos distributivos associados à sua execução serão maiores ou menores do que os custos da sua não execução.

Voltando ao trecho, ele é retirado de um contexto em que os autores discorrem sobre as funções das finanças públicas na sociedade: i) a função alocativa tem a ver com a cesta de bens públicos ofertados à população e o seu financiamento; ii) a função distributiva tenta aproximar a distribuição da riqueza ao que a sociedade considera "justa" e; iii) a função

estabilizadora tem a ver com os objetivos da política macroeconômica que podem mudar ao longo do tempo. No Brasil, o debate fiscal é focado predominantemente nesta última função.

Tais elementos teóricos estão no cerne das descontinuidades envolvendo a política fiscal no Brasil experimentadas desde o colapso do antigo Regime de Metas Primárias (RMP). O Teto de Gastos, instituído em seguida, propunha estabilizar a relação dívida/**PIB**. A regra era baseada em um único instrumento, o gasto. Seu foco era exclusivamente a função estabilizadora e seu resultado foi relativamente bem-sucedido, uma vez que a dívida pública estabilizou. Porém, ignorou aspectos distributivos importantes, isso contribuiu para o seu colapso anos depois.

Em outras palavras, apesar dos objetivos estabilizadores associados ao Teto, esta regra trazia consigo exigências que se mostraram inviáveis ex post. Ou seja, o congelamento de gastos impunha uma agenda que contemplava: i) arrocho dos salários (inclusive o mínimo); ii) redução do escopo de atuação do Estado, particularmente

do investimento público; iii) revisão de políticas sociais em áreas que se mostraram politicamente sensíveis. Essa agenda, coexistindo em um ambiente de alto desemprego, produziu efeitos distributivos consideráveis que resultaram na economia política da sua própria extinção. Em suma, o Teto, ainda hoje muito celebrado em alguns ambientes, escancarou a falha de coordenação entre as funções estabilizadora e distributiva das finanças públicas.

Com o seu colapso, surge o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) com uma proposta mais flexível. Focado desta vez em ambos os instrumentos, **tributos** e gastos, o NAF traz consigo a necessidade implícita de coordenar as funções estabilizadora e distributiva. Apesar dos aspectos cíclicos favoráveis, a eficácia do NAF para lidar com o endividamento público tem sido contestada. Em que pese o considerável esforço fiscal observado no resultado primário, a dívida pública crescerá em todos os anos do NAF até 2026. Entretanto, sua estrutura flexível permitiu a reposição orçamentária de políticas públicas relevantes e uma melhora inequívoca de indicadores sociais.

A conclusão é que não existem regras sem custos. O

conhecimento disponível até aqui não é conclusivo sobre a utilização de estruturas fiscais mais rígidas, como o Teto, ou flexíveis como no caso do NAF. Negligenciar aspectos distributivos das estruturas fiscais pode gerar consequências de economia política. Instituições fiscais que parecem produzir resultados sustentáveis em simulações econométricas, estão submetidas ao escrutínio de escolhas públicas e podem ser rejeitadas. Em sociedades democráticas, a população demanda, por via do voto, bens e serviços públicos que precisam ser financiados, este é o DNA do viés de deficit. Uma espécie de pecado original das democracias. Ao fim do dia, a gestão fiscal envolve um pouco de ciência e um pouco de arte, a fim de conciliar tais objetivos em instituições fiscais em evolução.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/06/12/all.pdf>

Com quatro ministérios no governo, PP e União Brasil agem contra pacote

O PP e o União Brasil anunciaram ontem que vão reunir suas bancadas para decidir o fechamento de questão contra o pacote anunciado pelo governo, que propõe aumento da taxaço sobre aplicaçoes financeiras e a distribuço de dividendos de empresas em substituço ao aumento do Imposto sobre Operaçoes Financeiras (IOF).

"Vamos reunir as bancadas do Senado e da Câmara para decidir fechar questão contra qualquer proposta de aumento de imposto que não venha acompanhada de uma vigorosa política contra desperdícios", disse Antonio Rueda, presidente do União Brasil, ressaltando que há uma "escalada de desequilíbrio fiscal criada pelo atual governo" e que o "ciclo de taxaço sem fim só aumenta e o Brasil real só perde".

Já o senador Ciro Nogueira (PP-PI) disse que o posicionamento das bancadas ainda não está formalmente fechado, mas que não deve haver "dificuldade". "Não estamos falando em nome das bancadas; mas, pela quantidade de parlamentares que nos acompanham, não devemos ter dificuldade nesse fechamento." Após questionamentos de jornalistas sobre os integrantes do partido que compõe o governo, Nogueira disse que vai defender que a primeira discussão da federação seja a proibição de qualquer membro do partido de fazer parte deste governo. "É a proposta do Progressistas."

PP e União Brasil anunciaram, em abril, a formação de uma federação, com 109 deputados e 14 senadores. União Brasil e PP controlam quatro ministérios no governo Lula: Esportes (André Fu-fuca), Turismo (Celso Sabino), Comunicações (Frederico Silveira) e Integraço e Desenvolvimento Regional (Waldez Góes). Além disso, o União Brasil é o partido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP). Com o fechamento de questão, os parlamentares de ambos os partidos teriam de votar unidos.

Ciro Nogueira disse que a Federaço não vai deixar de dialogar com o governo, mas quer "traçar um limite de quem é contra ou a favor aumentar **impostos** e de trazer previsibilidade e gestão eficiente para recursos do País".

"O ministro Fernando Haddad é muito bem intencionado, mas divirjo radicalmente do nosso movimento econômico atual, para vermos a atual

situaço das contas públicas. O que falta ao governo é transparência, previsibilidade e competência para gerir o atual momento do governo", disse.

Parlamentares e representantes do setor privado têm cobrado do governo medidas de corte de gastos. Ontem, em audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributaço e de Fiscalizaço Financeira e Controle da Câmara, Haddad disse que estava ali em "missão de paz" para evoluir no debate sobre o ajuste das contas públicas. O encontro, porém, terminou em bate-boca entre o ministro e deputados.

Em meio ao movimento da oposiço, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que a Fazenda iria considerar o que foi discutido no domingo com líderes do Parlamento. Segundo ele, as medidas irão "colocar o Orçamento de pé". PEPITA ORTEGA, NAOMI MAT-SUI e DANIEL WERTERMAN/BRASÍLIA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aumenta pressão contra pacote fiscal proposto pelo governo

Caetano Tonet, Beatriz Roscoe, Gabriela Guido, Patrícia Büll e Rafael Walendorff

À frente de quatro ministérios no governo Lula, União Brasil e PP anunciaram na quarta-feira (11) que irão fechar questão contra o pacote fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se não houver medidas de corte de gastos. Em paralelo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), elevou o tom e disse que não está no cargo para representar o projeto político de ninguém. Para o deputado do Republicanos, legenda que também tem um representante no primeiro escalão da Esplanada dos Ministérios, há um "esgotamento" da sociedade com alta de **impostos** e é preciso realizar cortes em despesas obrigatórias.

As declarações foram feitas no mesmo dia em que Haddad foi à Câmara e defendeu a aprovação do pacote alternativo à elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O ministro da Fazenda também demonstrou disposição de debater medidas estruturantes de redução de despesas, mas informou que ainda não havia sido marcada uma reunião com esse objetivo.

Além disso, o momento de tensão ocorre em meio à insatisfação no Congresso com o novo questionamento do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), a respeito das emendas parlamentares, e com a demora no pagamento dessas rubricas por parte do governo. Para especialistas em contas públicas, no entanto, entre as despesas que deveriam ser reduzidas estão justamente as emendas.

A medida provisória, publicada na noite de quarta-feira, propõe o aumento da taxa de 12% para 18% do "Gross Gaming Revenue (GGR)" sobre as bets, e o fim da isenção de Imposto de Renda (IR) sobre a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), que passarão a ser tributados em 5%. Além disso, propõe o aumento da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas de seguros privados e instituições de pagamento. A dos bancos será mantida em 20%

Outra medida que entrou na MP é a elevação da alíquota do Juros Sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%, mas a matéria pode tramitar um projeto

em separado no Congresso.

O teor da MP foi apresentado à cúpula e a lideranças do Congresso no domingo (8) pelo ministro da Fazenda. Mas, apesar do gesto de alinhamento, o clima no Parlamento é de incerteza para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ao argumentar que o país não suporta mais aumentos na carga tributária, o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, anunciou na quarta que a federação de seu partido com o PP exige cortes de gastos por parte do Executivo. "A escalada de desequilíbrio fiscal criada pelo atual governo entrou numa rota sem saída", declarou. "A cada novo rombo no Orçamento, o governo sobrecarrega a sociedade e os que mais produzem com **impostos**. Depois gasta mais e mais e volta com mais **impostos**. Esse ciclo de taxação sem fim só aumenta."

Segundo ele, sem medidas de cortes de gastos, a bancada da federação "não vai nem discutir" o pacote. "Taxar, taxar, taxar não pode e nunca será a saída. É preciso cortar despesas", acrescentou.

Na mesma linha, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) declarou ter respeito pelo ministro Haddad, que vem propondo as medidas para compensar os aumentos do IOF, mas reforçou a posição da federação.

"O União-Progressistas jamais se furtará a ajudar ao governo, ao país, se isso for uma coisa positiva para o Brasil. Mas isso que está acontecendo"

"Taxar, taxar, taxar não pode e nunca será a saída. É preciso cortar despesas"

Antônio Rueda do hoje nesse atual momento é que nós vamos traçar um limite de quem é contra e de quem é a favor de aumentar **impostos** no nosso país", destacou Ciro Nogueira, que defendeu ainda discutir a proibição de que membros da Federação União-PP integrem o governo. Segundo ele, o desembarque deverá ser discutido em breve, na primeira reunião conjunta das siglas.

O União Brasil comanda os ministérios do Turismo com Celso Sabino, das Comunicações com Frederico Siqueira Filho e o Desenvolvimento Regional sob Waldez Góes. Já o PP tem André Fufuca à frente do

Ministério do Esporte. O Republicanos conta com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Correligionário de Costa Filho, o presidente da Câmara foi na mesma linha do chamado Cen-trão e cobrou que o Executivo proponha medidas estruturantes de contenção de despesas.

Motta disse que a insistência em medidas que visam o aumento da arrecadação, sem discussão sobre corte de despesas, está levando a sociedade e o setor produtivo a um esgotamento com a alta de **impostos**. "Esse esgotamento também chegou ao Congresso Nacional. Essa última medida do IOF penso que foi o estopim daquilo que já vinha sendo dito, conversado, repetido pela sociedade brasileira como um todo, pelo setor produtivo como um todo", disse em um evento.

Ele afirmou que o Congresso é "parceiro" do Executivo para aprovar temas relevantes e defendeu a revisão de subsídios proposta pelo governo, mas destacou que as medidas não podem se resumir ao aumento de **impostos**. "Eu acredito que quando todos saímos da zona de conforto as soluções aparecem. O que não pode existir é a compensação ocorrer em um único lugar, do aumento de **impostos**. Isso a sociedade brasileira não vai aceitar", sublinhou.

Motta já havia declarado no início da semana que o Congresso "não tem o compromisso" de aprovar as medidas propostas pelo Executivo. O deputado também disse que alertou o governo que medidas como o fim da isenção do IR no LCI e LCA devem ter uma reação "muito mim", porque os títulos isentos têm sido fonte de financiamento de uma parte significativa do setor produtivo em um cenário de juros altos. "Não estou à frente da Câmara para representar o projeto político de ninguém. Precisamos ter um ambiente econômico e político para ter condições de crescimento no país", afirmou.

Em reação a PP e União, o líder do PT na Câmara, deputado Lind-bergh Farias (RJ), afirmou que há muitas inconsistências na posição da federação. Ele defendeu as propostas de Haddad e criticou quem cobra ajuste fiscal, mas não aceita dar sua contribuição. "Não é aumento de imposto, é reduzir gasto tributário", argumentou, acrescentando que a pressão dos setores econômicos representa uma "desmoralização do debate sobre responsabilicladefiscal".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1§ion=1>

Dólar recua 0,57% e renova mínima do ano, a R\$ 5,53

ISA MORENA VISTA isa.vista@oglobo.com.br

O dólar comercial fechou ontem em queda de 0,57%, a R\$ 5,538, renovando a mínima do ano. Durante o pregão, chegou a ser negociado a R\$ 5,521, também a menor cotação intraday de 2025. Contribuíram para esse resultado a confirmação do acordo entre Estados Unidos e China e os dados da **inflação** americana.

A Bolsa brasileira também viveu um dia de apetite por risco, com o Ibovespa encerrando em alta de 0,51%, aos 137.128 pontos. Os juros futuros subiram ao longo de toda a curva, devolvendo as perdas dos últimos dias, à medida que os investidores ajustam suas apostas para a decisão de política monetária do Banco Central na semana que vem.

Rodolfo Margato, economista da XP, disse que o alívio nas tensões comerciais estimulou o fluxo estrangeiro para o Brasil, aumentando a oferta de dólares.

-Ao longo das últimas semanas, observamos alguns sinais de arrefecimento nas tensões entre os EUA e a China, e também entre os EUA e a Europa -afirmou. - Então, tivemos um movimento forte de retorno do investidor estrangeiro para o mercado brasileiro.

Margato ressalta que o dólar recuou globalmente. A divisa recuou 0,71% ante o peso mexicano, caiu 0,52% frente ao euro e cedeu 0,64% em relação ao peso chileno.

Gustavo Okuyama, gerente de renda fixa na Porto Asset, destaca que, além do acordo EUA-China, o governo americano informou que o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,1% em maio frente ao mês anterior, abaixo das estimativas, de 0,2%.

No mercado de ações, o Ibovespa foi impulsionado pelo forte avanço das ações da Petrobras, que foram beneficiadas pela alta de 4,3% do petróleo tipo Brent, a US\$ 69,77o barril. Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da estatal subiram 2,93%, a R\$ 33,33, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) ganharam 3,33%, a R\$ 31,05.

Em Nova York, no entanto, o acordo comercial entre as duas maiores economias do mundo não impediu o recuo dos principais índices. O S&P 500 caiu 0,3%, e

o Nasdaq 100 perdeu 0,5%. O Dow Jones ficou estável.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Nobel da Paz, premiê interino Yunus luta para impor reformas em Bangladesh

TamayoMuto

No entanto, em sua nova função como líder interino de Bangladesh desde agosto, ele vem enfrentando duras críticas por sua gestão, que já se refletem em protestos nas ruas. A missão de Yunus, um político independente, é conduzir seu país dos escombros do regime da ex-primeira-ministra Sheikh Hasi-na até novas eleições. Hasina fugiu para a Índia depois de uma onda de manifestações estudantis mortais e acusações de corrupção.

Ainda assim, após discursar como orador principal na conferência anual Future of Asia, Yunus se mostrou tranquilo. Vestido com seu traje tradicional - um kurta artesanal e colete -, sorriu ao explicar a paciência necessária para enfrentar os desafios de Bangladesh, como implementar reformas urgentes em meio à resistência do status quo, atender à pressão de facções rivais por eleições até o fim do ano e negociar relações delicadas com Índia e China.

"Qualquer reconstrução é um processo difícil. Mesmo algo simples se torna complicado quando se começa a mexer nas estruturas", disse Yunus em entrevista concedida nos bastidores da conferência. "As pessoas se acostumam com o status quo. Seja lá o que você queira mudar, haverá resistência."

Yunus tem pela frente uma longa lista de tarefas pós-Hasina, incluindo conduzir o país a uma reforma eleitoral e revisar a Constituição e o sistema judiciário. "Estamos levando adiante o nosso programa de repensar como essa instituição [o Estado]. Não se trata apenas de restaurar o que havia."

Yunus mantém a posição de que a reforma eleitoral precisa ser implementada antes da realização das próximas eleições gerais. Anteriormente, ele sinalizou a intenção de convocar o pleito até meados de 2026, enquanto o chefe do Exército de Bangladesh, o general Wa-ker-Uz-Zaman, alimentou expectativas ao defender, em maio, que ele se realize já em dezembro.

Na mais recente escalada da pressão interna, professores do ensino fundamental se juntaram a outros manifestantes nas ruas para exigir melhores salários, nos dias que antecederam a viagem de Yunus a Tóquio. As especulações sobre seu futuro ganharam força no fim de maio, após a divulgação de

relatos de que ele teria dito a um líder estudantil que poderia renunciar caso os partidos não chegassem a um acordo sobre as reformas e o calendário eleitoral.

Questionado sobre esses relatos, Yunus respondeu de forma direta: "Não respondi a essa pergunta em Bangladesh. Como não disse isso lá, se eu disser aqui no Japão, isso vai me causar muitos problemas", afirmou ele.

Filho de um destacado ourives de Bengala e um entre nove irmãos, Yunus construiu uma carreira amplamente reconhecida internacionalmente como economista e fundador do banco comunitário de desenvolvimento Grameen Bank. Apesar de seu prestígio internacional, ele está acostumado a lidar com pressões internas e adversários políticos.

Ele foi afastado da liderança do Grameen Bank em 2011 em meio a investigações sobre as finanças da instituição, e foi absolvido no ano passado de acusações de corrupção e violações das leis trabalhistas, após o desgaste de sua relação com Sheikh Hasina, que começou em 2007 quando declarou a intenção de entrar para a vida pública.

Embora sua nomeação como líder interino nos dias que se seguiram à saída dramática de Hasina tenha sido amplamente bem recebida em Bangladesh, o entusiasmo no país de quase 174 milhões de

habitantes diminuiu diante da resistência às reformas e da desaceleração do crescimento econômico. O FMI estima que o **PIB** do país crescerá 3,8% em 2025, após crescer 4,2% em 2024 e 7,1% em 2022.

Comentando sobre a insatisfação interna, Yunus fez referência à experiência do Japão com grandes terremotos. "Vocês compreendem; esse processo de reforma é como reconstruir depois de um terremoto", disse.

Ele continuou com uma alusão ao período de Hasina no cargo. "Foram 16 anos de terremotos - tudo foi sacudido, tudo foi abalado. Então, agora é o momento de juntar os pedaços... Quando você está reconstruindo, não quer usar a mesma madeira de antes. Você quer fazer diferente."

"Então, o que nos foi dado é essa tarefa, em um

período muito curto. De um modo geral há um consenso: 'Não queremos voltar aos velhos tempos'. Repetir a mesma forma antiga de realizar eleições não faz sentido."

Uma preocupação mais imediata para Yunus do que a próxima eleição é a relação com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seu governo, especialmente no que diz respeito ao comércio. Os dois tiveram uma relação fria no passado, já que Yunus é próximo da ex-adversária de Trump nas eleições presidenciais, Hillary Clinton. O próprio Yunus tem uma longa ligação com os EUA: ele fez doutorado na Universidade Vanderbilt em Nashville, lecionou economia em uma universidade do Tennessee e uma de suas duas filhas é cantora de ópera, radicada em Nova York.

Mas encontrar meios de firmar um novo acordo comercial com os EUA, em meio à desaceleração do crescimento econômico, é uma

questão urgente para Bangladesh, que enfrenta uma tarifa recíproca de 37% sobre suas exportações para a maior economia do mundo. A principal fonte de renda do país é a exportação de roupas prontas.

Ainda assim, Yunus demonstra confiança de que poderá negociar com Trump na tentativa de reduzir as barreiras comerciais impostas pelas altas tarifas. "Não vemos a situação como um tipo de ameaça, e sim como uma oportunidade", disse ele.

Por exemplo, Yunus disse que seu país já se ofereceu para comprar, petróleo e gás dos EUA. "Compramos muito algodão da Ásia Central. Algodão da Índia e de muitos outros países. Agora estamos considerando... por que não comprar dos EUA? Assim, nosso déficit comercial com os EUA diminuirá bastante."

Em relação à energia, Bangladesh importa a maior parte do petróleo que consome do Oriente Médio, mas Yunus disse que a commodity também pode ser comprada dos EUA. Mas ele disse ainda não saber qual será o cenário das negociações comerciais, nem o percentual em que as tarifas poderão ser reduzidas.

Uma questão econômica de longo prazo que está entre as prioridades de Yunus é a criação de dois fundos soberanos, caso sejam recuperados os ativos que, segundo a liderança de Bangladesh, foram desviados ilegalmente - em sua maioria para fora do país - pela ex-líder Sheikh Hasina e seu governo. Yunus estima que cerca de US\$ 234 bilhões foram retirados do país, enquanto "entre US\$ 11 bilhões e US\$ 12 bilhões já foram identificados e bloqueados dentro do país".

"Estamos investigando onde o dinheiro foi parar... É um processo judicial enorme, porque as pessoas nos países que receberam esse dinheiro não vão simplesmente devolvê-lo", disse Yunus. "Em breve, irei a Londres para conversar com advogados, especialistas, sobre como recuperar esse dinheiro do Reino Unido, da Europa, das Ilhas Cayman e outras ilhas do Caribe onde esses recursos foram armazenados. É um processo demorado."

No mundo ideal de Yunus, esse dinheiro o ajudará a criar um fundo soberano para pagar pela educação e saúde, e outro para "transformar as vidas dos mais pobres e ajudar os jovens. Yunus mostra ter um foco em particular em fundos para áreas sociais, dizendo que a iniciativa "precisará de dinheiro, e esse dinheiro virá disso, transformando os jovens em empreendedores".

A presença de Hasina na Índia tem complicado as sempre delicadas relações bilaterais entre Bangladesh e o vizinho gigante. No en-

tanto, quando perguntado sobre as tensões na relação, Yunus enfatizou que a "política de ter as melhores relações com a Índia continua".

"Sempre descrevo a situação dizendo que você não pode desenhar o mapa da Índia sem desenhar o mapa de Bangladesh", disse Yunus. "Estamos integrados por natureza. Então, nosso relacionamento tem que ser o melhor de todos os relacionamentos."

Em maio, a Índia impediu Bangladesh de exportar através de seus portos, como o de Calcutá, perto da fronteira entre os dois países, fechando um canal de suprimento para o resto do mundo que é crucial para as roupas feitas em Bangladesh. A medida veio em resposta a uma proibição de Bangladesh à importação de fios pelos mesmos portos.

"São políticas administrativas. [...] Temos de aceitar. Isso nos incomoda, mas não significa que nosso relacionamento esteja destruído por isso", disse Yunus.

Yunus vê um lado positivo na situação. "Encontramos formas alternativas [para exportar], e alguns dizem que está melhor do que antes [...] usar nossos próprios portos, navios de carga, aviões de carga para ir aos céus, em vez de ir para a Índia. Eles nos ajudaram a encontrar uma opção melhor."

Enquanto as relações com a Índia permanecem em situação delicada, Yunus dá boas-vindas ao papel crescente da China nos investimentos em Bangladesh. A primeira visita de Estado bilateral de Yunus desde

que assumiu o cargo em 2024 foi à China, em março deste ano, onde ele perguntou ao presidente da China, Xi Jinping, se Pequim consideraria reduzir os juros sobre os empréstimos para Bangladesh.

"Nossa economia é muito integrada à chinesa, a maioria de nossos equipamentos e suprimentos vêm da China", disse Yunus.

"São baratos, são de boa qualidade, confiáveis [...] é um relacionamento muito próximo. Investimentos chineses estão sendo feitos agora [...] então, foi assim que nos tornamos vizinhos próximos e formamos uma amizade."

Se Yunus valoriza laços estreitos com a China, ele também tem interesse para explorar o potencial de desenvolver ligações com o outro gigante economia da Ásia, o Japão, inclusive pelo comércio marítimo.

"Uma região no sul de Bangladesh poderia ser transformada em um grande centro para o comércio marítimo. O Japão nos ajudou a estabelecer um porto de águas profundas em Bangladesh [...] precisamos que sejam construídos vários terminais", disse Yunus, explicando que isso permitiria ao comércio fluir diretamente, saindo e chegando por Bangladesh, contornando a necessidade atual de enviar grandes cargas via Singapura.

"Isso abre uma economia inteira para nós", disse Yunus, também destacando o potencial para a criação de uma frota de pesca comercial bengalesa que tenha embarcações maiores. "Então, se construirmos tudo isso, o que o Japão está fazendo é nos ajudar a abrir a porta para todos, porque se os negócios se abrirem, podemos fazer negócios."

Além de estudar como o Japão pode ajudar Bangladesh, Yunus também vê uma forma de aprofundar a relação mútua.

"Uma área de interesse pessoal é como levar mais jovens de Bangladesh para serviços de cuidados para idosos] no Japão, para trabalhar na construção e assim por diante; [é] como organizar o ensino da língua japonesa", disse Yunus, destacando que com o envelhecimento médio e o declínio da população do Japão, o país tem "toda uma longa lista" de setores nos quais precisa de mão de obra.

"Temos muitas pessoas para oferecer [...] Então, vamos processar tudo isso em um número maior de jovens aprendendo japonês, aprendendo as habilidades que o Japão precisa, e grandes números de pessoas podem vir aqui [no Japão] para trabalhar." (Tradução de Mário Zama-rian e Sabino Ahumada)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1§ion=1>

Mercado retoma apostas em alta da Selic após comunicação do BC

Gabriel Roca, Victor Rezende e Gabriel Caldeira De São Paulo

O mercado voltou a mostrar maior inclinação pela continuidade do ciclo de aperto monetário para a próxima reunião do Banco Central, e, ontem, a probabilidade de uma alta de 0,25 ponto terminou o dia negociada a 64%, ante 38% de chance de manutenção da taxa. Em um ambiente de poucos motivos claros para o ajuste brusco de posições, diversos agentes consultados pelo Valor relatam desconforto em apostar no fim do ciclo quando, na avaliação deles, a própria comunicação oficial do comitê buscou reforçar a possibilidade de um novo incremento na Selic na semana que vem.

É uma opinião praticamente consensual no mercado que houve um forte reajuste de orientação na comunicação dos membros do Copom no intervalo entre as reuniões. Ainda que a possibilidade de extensão do ciclo não estivesse encerrada após a ata, a leitura era a de que a barra para uma alta de 0,25 ponto percentual na reunião de junho era extremamente elevada.

Nesse intervalo, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pnad Contínua de abril surpreen-

deram, desafiando, parcialmente, a visão recente e mais convicta do Copom de que a atividade econômica iria perder força. Mesmo assim, poucos players avaliam que esses dados, de maneira isolada, teriam sido suficientes para justificar tamanha alteração na visão dos membros do colegiado.

Ainda, relatos de que os membros da diretoria do colegiado se mostraram mais conservadores em reuniões privadas com agentes de mercado acabaram encontrando respaldo nas falas do presidente do BC, Gabriel Galípolo, em palestra realizada no Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP). Novos ruídos ocorreram em outras reuniões fechadas à imprensa e, no fim de semana, Galípolo buscou reafirmar que a comunicação do colegiado era feita apenas pelos canais oficiais.

A dúvida que paira na cabeça dos agentes de mercado é: se o colegiado não tinha - ou não tem - a intenção de prosseguir com o ciclo de aperto

monetário, por que houve a tentativa de abrir a porta para este desfecho quando a discussão já parecia pacificada?

A resposta acabou traduzida, rapidamente, nos preços dos ativos financeiros. Gestores e tesoureiros apontam que, após a mudança na comunicação, o mais razoável, do ponto de vista dos preços de mercado, seria o cenário

em que as opções apontam uma probabilidade de 60% para a alta de 0,25 ponto e 40% pela manutenção às vésperas da decisão. Esse seria um novo "preço justo".

Algumas explicações buscam elucidar a volatilidade das opiniões nos últimos dias. Entre as reuniões, a narrativa de desaceleração do PIB global relacionada à guerra comercial travada pelos EUA perdeu força, amenizando um dos vetores baixistas para a **inflação** citados pelo Copom no balanço de riscos da última reunião.

Já no cenário doméstico, após o imbróglio envolvendo o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), há participantes do mercado céticos de que ocorra, de fato, um encarecimento no crédito e consequente aperto nas condições financeiras. Isso justificaria uma reversão em parte das apostas de fim de ciclo, que se avolumaram no fim do mês passado. Além disso, os números de atividade que ainda serão divulgados nesta semana - dados do varejo e do setor de serviços - passam a ser considerados cruciais para o desfecho da reunião de quarta-feira que vem e também podem estar por trás de uma postura mais defensiva dos agentes.

Para alguns participantes de mercado, ao estender o ciclo de

aperto monetário, ou ao menos endurecer o discurso de forma relevante, o BC conseguiria, por ora, afastar a ideia dos cortes prematuros nos juros. Isso porque a pre-cificação excessiva de um afrouxamento monetário adiante poderia comprometer os esforços realizados pelo colegiado até o momento com o ciclo de alta.

As dúvidas são bem maiores, no entanto, sobre a viabilidade da estratégia do comitê de, após reacender

o debate sobre a extensão do ciclo, simplesmente não elevar a Selic e fechar a porta para novas altas. A leitura geral é a de que, buscando ganhar uma "opcionalidade", o Copom será obrigado a entregar um novo aperto nos juros. Nos próximos dias, revisões de cenário sobre a reunião de quarta-feira devem deixar claro que boa parte do mercado migrou para uma nova alta de juros na semana que vem.

"É um BC independente e, em teoria, pode muito bem avaliar que uma nova alta não é necessária e surpreender o mercado. Não fosse, o Copom não precisava existir e o mercado definiria a taxa. A questão é: se o mercado estava precificando zero, por que ele (BC) fez o mercado migrar para o 0,25 ponto?", questiona um gestor que avalia como de difícil leitura o desfecho da reunião do Copom.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188229?page=1§ion=1)**